



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

TERMO DE REFERÊNCIA Nº SECOM - 02/2021 - TRE-ES/PRE/DG/SAO/COMAP/SECOM

1 - JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

Aquisição de itens de materiais permanentes, para atender as demandas dos Cartórios Eleitorais e Interna, conforme informado e detalhado nos documentos (0580567 e 0580569), juntados ao processo.

2 - DO OBJETO:

Aquisição de itens de material permanente, conforme detalhamento neste Termo de Referência.

3 - CARACTERÍSTICAS DO OBJETO:

3.1 - Especificações mínimas:

Item 01 - QUADRO BRANCO MAGNÉTICO para pincel

Código SIASG/CATMAT: BR0068713

Descrição do Material:

- Fabricado em madeira aglomerada ou em chapa de madeira resinada;
- Revestido na parte frontal em chapa de aço e recoberto na parte frontal com laminado melamínico na cor branca;
- Moldura em alumínio;
- Suporte para apagador e pincéis;
- Dimensões: Largura = 150cm; Altura = 110cm (as medidas podem variar em até 10cm);
- Espessura mínima da estrutura 1,5cm (quadro inteiro).
- **Garantia mínima de 12 meses.**

QUANTIDADE: 01 UNIDADE

Item 02 - QUADRO DE CORTIÇA

Código SIASG/CATMAT: BR0150153

Descrição do Material:

- Bordas em alumínio;
- Dimensões: Largura = 110cm; Altura = 80cm (as medidas podem variar em até 10cm para mais);
- Espessura da cortiça = mínima de 5mm;
- **Garantia mínima de 06 meses.**

QUANTIDADE: 02 UNIDADES

Item 03 - ESTRADO MODULAR

Código SIASG/CATMAT: BR0260527

Descrição do Material:

- Estrado modular, material polipropileno;
- Dimensões: comprimento = 50cm; largura = 50cm; altura = 05cm (a altura pode variar em até 0,5cm);
- Cor café, preto, marron ou azul;
- Capacidade de carga até 1 tonelada;
- Antiderrapante;
- Com aberturas;
- Com encaixe modular;
- **Garantia mínima de 06 meses.**

QUANTIDADE: 190 UNIDADES

4 - CERTIFICADOS:

4.1 – Para os itens 01 e 02, deverá ser apresentada a comprovação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais, com o respectivo Certificado de Regularidade válido, em nome do licitante ou do fabricante.

4.1.1 – É dispensada a exigência desse item caso a atividade não conste na Tabela de Atividades, Anexo I, da Instrução Normativa nº 11, de 13/04/2018, do IBAMA.

4.2 – a comprovação solicitada no item 4.1, por si só, não dispensa o atendimento às demais especificações contidas neste Termo de Referência.

5 - DOS PRAZOS DE ENTREGA:

5.1 – Os materiais deverão ser entregues no prazo de **até 45 (quarenta e cinco)** dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.

6 - DA entrega DO MATERIAL:

6.1 - A entrega do material será feita na Sede do TRE-ES, Av. João Baptista Parra, 575, CEP 29052-123, Praia do Suá, Vitória-ES.

6.2 - O material deverá ser entregue em conformidade com as especificações constantes neste **Termo de Referência**, incluídos nos preços propostos todos os custos com materiais, montagem (se cabível), mão-de-obra, transportes, carga e descarga, bem como todos os elementos que garantam a prestação do objeto dentro das exigências das normas, especificações e detalhes, remunerações e quaisquer outros encargos que incidam sobre a obrigação dessa prestação.

7 - DAS OBRIGAÇÕES DO LICITANTE VENCEDOR:

O licitante vencedor ficará obrigado a:

- a. Retirar ou receber a nota de empenho/assinar o instrumento contratual no prazo estabelecido em Edital, mantendo todas as condições de habilitação nele existentes;
- b. Entregar o produto no prazo estipulado no item 5, deste Termo de Referência;
- c. Entregar o mesmo pelo preço final previsto na Ata da Sessão Pública;
- d. Entregar o material na Seção de Almoxarifado e Patrimônio deste Tribunal, localizado no seu edifício-sede, sem que isso implique em acréscimo no preço constante da Ata da Sessão Pública. Após a entrega, o produto será conferido pelo setor competente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, que atestará a sua regularidade.

d.1) constatada qualquer irregularidade, a empresa deverá substituí-lo no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados a partir do término do prazo máximo de entrega, estabelecido na letra “b” ou a partir da data do recebimento, pelo licitante vencedor, da comunicação expedida pelo setor competente deste TRE/ES, caso esta contagem seja mais favorável ao licitante vencedor.

d.2) retirar, no ato da substituição, ou em até 05 (cinco) dias úteis da ocorrência da mesma, mediante documento hábil a ser emitido pelo fornecedor, todo material que porventura tenha sido substituído, por estar em desacordo com a especificação prevista neste termo.

- e. Entregar o produto com informações corretas, claras, precisas e em língua portuguesa sobre suas características, quantidade, composição e origem, em atendimento ao disposto no Código de Defesa do Consumidor, bem como, **atender às Normas pertinentes (ABNT, INMETRO e outras)**, observando as dimensões e demais especificações solicitadas neste termo;
- f. Em se tratando de produto estrangeiro ou produto com tecnologia importada, deverá vir acompanhado de manual cujas especificações mínimas deverão estar traduzidas em língua portuguesa;
- g. Apresentar todas as certidões de regularidade fiscal devidamente atualizadas, tanto no ato da entrega dos materiais quanto no ato do pagamento da respectiva Nota Fiscal/Fatura;

g.1) A Nota Fiscal/Fatura apresentada por ocasião do pagamento deverá ser, OBRIGATORIAMENTE, emitida pelo mesmo estabelecimento habilitado no procedimento licitatório;

- h. Manter a mesma qualificação jurídico-fiscal utilizada durante o procedimento licitatório;
- i. Informar os dados do seu domicílio bancário (banco, agência e conta) para o correspondente pagamento;
- j. Substituir, em até 5 (cinco) dias úteis, o documento fiscal que relacione itens não aceitos, por estarem em desconformidade com o Edital, por outro que contenha apenas os aprovados.

8 - DAS PENALIDADES

8.1 O descumprimento do prazo para a retirada da Nota de Empenho, ou a recusa em aceitá-la, implicará na cobrança de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor total adjudicado e no impedimento de contratar com a UNIÃO pelo período de até 5(cinco) anos;

8.2 Em conformidade com as disposições previstas neste Termo de Referência, o licitante que descumprir as obrigações nele estipuladas, ficará sujeito às sanções estabelecidas no art. 49 do Decreto nº 10.024, de 20/09/2019, e, ainda, às seguintes penalidades:

a) Pelo atraso injustificado na entrega e/ou na substituição do objeto adjudicado, o licitante vencedor sujeitar-se-á ao pagamento de multa diária correspondente a 0,5%(meio por cento) incidente sobre o valor do objeto, até o 20º (vigésimo) dia de atraso, podendo atingir o percentual de 10% (dez por cento), em cada uma das ocorrências – entrega ou substituição;

Obs.: como substituição, deve ser entendida qualquer correção que se faça necessária no objeto entregue, antes de seu aceite definitivo, seja a troca de parte ou de todo o material/equipamento entregue, seja, conforme o caso, alguma correção que envolva apenas o serviço de instalação que componha o objeto.

b. Pela inexecução total ou parcial do objeto, o licitante vencedor sujeitar-se-á ao pagamento de multa correspondente a 30%(trinta por cento) sobre o valor do objeto inexecutado;

c) Pelo descumprimento de qualquer outra obrigação, a contratada estará sujeita à multa no valor de 0,5% (meio por cento) por ocorrência, calculada sobre o valor total do objeto;

8.3 O atraso superior a 20 (vinte) dias, na entrega ou na substituição, caracterizará a inexecução total da obrigação, suscetível à punição conforme disposto no subitem 8.2, letra “b”.

8.4 Excepcionalmente, após esse prazo e desde que haja prévia e expressa autorização da Administração, o material poderá ser recebido, em uma única ocorrência – na entrega ou na substituição, no prazo suplementar de até 20 (vinte) dias, sujeitando-se o licitante vencedor à aplicação de multa diária correspondente a

0,5% (meio por cento), incidente sobre o valor do objeto, até o 20º (vigésimo) dia de atraso, podendo atingir o percentual de 10% (dez por cento), cumulativa à multa prevista no subitem 8.2, letra “a”.

8.5 A solicitação de adiamento do prazo de entrega ou de substituição, na forma do subitem 8.4, deverá ser sempre por escrito, devendo ser recebida contemporaneamente ao fato que enseja-la.

8.6 A aplicação das multas previstas não exime o licitante de reparar eventuais danos, perdas ou prejuízos que o seu ato punível venha a acarretar à Administração.

8.7 Os valores das multas porventura aplicadas serão descontados dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ao adjudicatário ou cobrados judicialmente.

8.8 As sanções porventura aplicadas pela Administração serão registradas no SICAF, em conformidade com as disposições do parágrafo único do art. 28 do Decreto nº 10.024, de 20/09/2019.

8.9 A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicado/contratado, na forma da Lei nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo).

8.10 A contagem do prazo estabelecido no subitem 8.2, “a”, inicia-se automaticamente no primeiro dia de atraso na entrega e/ou na substituição do objeto adjudicado, não havendo necessidade de apresentação de pedido de prorrogação de prazo pelo licitante, exceto nas hipóteses em que a Administração expressamente manifestar seu desinteresse no recebimento extemporâneo do material.

8.11 A contagem do prazo estabelecido no subitem 8.4 inicia-se a partir da data do recebimento, pela Contratada, da comunicação expedida pelo setor competente deste TRE/ES, ou a partir do término do prazo estabelecido na alínea “a”, caso esta contagem seja mais favorável à Contratada.

9 - DO PAGAMENTO

O objeto entregue pelo licitante vencedor será pago após a apresentação do respectivo documento fiscal, mediante depósito bancário em conta corrente. Não havendo nenhum fator impeditivo provocado pela contratada, a Contratante providenciará a emissão da ordem bancária até o 5º (quinto) dia útil após o atesto do documento fiscal pelo servidor ou equipe gestora responsável.

10 - DO VALOR TOTAL ESTIMADO POR ITEM:

Item	Valor (R\$)
01	
02	

Em 23 de junho de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **BENTO ASTORI, Chefe de Seção**, em 23/06/2021, às 14:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tres.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0583467** e o código CRC **39E12B03**.

0003721-53.2021.6.08.8000

0583467v2